



Ficha Técnica**Título:** Impacto social dos acidentes de trabalho**Editores:** Hernâni Veloso Neto, João Areosa e Pedro Arezes**Ano:** 2012**Editor:** Civeri Publishing**Impressão e acabamentos:** Varzea da Rainha Impressores, SA**ISBN:** 978-989-97762-1-0**Depósito Legal:** 346111/12**Todos os direitos reservados,**© Civeri Publishing
Rua de Cima, 336 2º Esq.
4480-113 Vila do Conde**ÍNDICE**

> Introdução	1
> Capítulo I – Prevenção	6
1.1 Cenário macro-social e evolução do quadro legislativo <i>Manuel Roxo</i>	7
1.2 Para uma construção da prevenção de riscos profissionais: a atividade de trabalho no centro da análise <i>Carla Barros-Duarte e Liliana Cunha</i>	33
1.3 As perceções de riscos dos trabalhadores: qual a sua importância para a prevenção de acidentes de trabalho? <i>João Areosa</i>	65
1.4 Os impactes socioeconómicos no âmbito dos acidentes de trabalho. Representações, práticas e desafios à gestão das organizações de trabalho <i>Sérgio Fabela e Jerónimo Sousa</i>	98
> Capítulo II – Análise e gestão do conhecimento	130
2.1 Análise de acidentes: uma perspetiva epistemológica <i>João Areosa</i>	131
2.2 Métodos de investigação de acidentes de trabalho <i>Celeste Jacinto</i>	170
2.3 Os acidentes de trabalho como fonte de conhecimento e aprendizagem organizacional <i>Hernâni Veloso Neto</i>	199
> Capítulo III – Reparação e descaracterização	226
3.1 Acidentes de trabalho nos tribunais portugueses <i>Boaventura Sousa Santos, Conceição Gomes e Tiago Ribeiro</i>	227

3.2 Acidentes de trabalho. Avaliação médico-legal dos danos na pessoa <i>Teresa Magalhães e Isabel Antunes</i>	265
3.3 Reparação e descaracterização dos acidentes de trabalho <i>José Alvarez Quintero, Francisco Brás de Oliveira e Beatriz Cardoso</i>	288
3.4 Acidentes de trabalho e experiências de sinistralidade: desafios à reparação e proteção social <i>Teresa Maneca Lima</i>	322
> Capítulo IV – Reabilitação e reintegração socioprofissional	345
4.1 Reintegrando o acidente, de Sines a Maputo <i>Paulo Granjo</i>	346
4.2 A reintegração socioprofissional das pessoas com deficiência adquirida por acidente de trabalho <i>Rui Aragão Oliveira, Carla S. Vicente, M^a José Aleixo, Fernando Barbosa, M^a João Fragoso, Jorge Laíns, Edite Tavares, Andrea Vertessen e Cristina Vieira da Silva</i>	376
4.3 Reabilitação e reintegração das vítimas de acidentes de trabalho. Por uma nova filosofia e estratégia de intervenção <i>Jerónimo Sousa</i>	409
> Notas biográficas	421



Reintegrando o acidente, de Sines a Maputo

Paulo Granjo

Referência recomendada:

Granjo, P. (2012). Reintegrando o acidente, de Sines a Maputo. In H. V. Neto, J. Areosa, P. Arezes (Eds.) *Impacto Social dos acidentes de trabalho*. Vila do Conde: Civer Publishing, pp. 347-375.

Reintegrando o acidente, de Sines a Maputo

Paulo Granjo¹

Rutura violenta da ordem “normal” e esperada do quotidiano laboral, acontecimento inquietante que reatualiza a consciência vivida dos perigos que se enfrentam diariamente ao ir trabalhar, o acidente laboral perturba tanto as vítimas que lhe sobrevivem quanto os seus colegas.

A possibilidade de, sem excessiva violência emocional, se continuar a trabalhar diariamente num local onde o perigo se tornou de súbito mais presente requer dos envolvidos a superação daquele evento marcante, o seu encerramento enquanto acontecimento excecional e disruptor, remetendo-o para o passado.

O processo de reintegração que a isso conduz exige que seja dada uma resposta satisfatória a, pelo menos, dois requisitos essenciais: por um lado, a compreensão das suas causas; por outro, o apuramento de responsabilidades. Contudo, nenhum deles é isento de dificuldades (em termos cognitivos e de relações de poder) para a sua concretização, fazendo com que a reintegração de acidentes considerados graves tenda a ser apenas parcial e instável. Para além disso, tanto o conteúdo desses requisitos quanto as limitações à sua prossecução podem variar de forma muito significativa, conforme o contexto cultural em que os acidentes ocorrem.

Procurando explorar essa diversidade, mas também os aspetos comuns que apresentam, abordarei no presente artigo duas estruturas fabris de grande dimensão, às quais dediquei diversos anos de pesquisa presencial. Trata-se da indústria de refinação de petróleo, em Portugal, e de uma fundição primária de alumínio, recentemente implantada em Moçambique.

¹ Doutor em Antropologia Social, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. E-mail: paulo.granjo@ics.ul.pt.

1. Refinarias de petróleo em Portugal

A relação que um grupo de trabalhadores mantém com os acidentes laborais constitui, sempre que a estes sejam atribuídas causas exclusivamente materiais, uma vertente particular da sua relação com os perigos existentes no local de trabalho. Também a verbalização acerca de uns e de outros acaba por estar estreitamente ligada, até nos mecanismos de evitamento e eufemização que são mobilizados pelos indivíduos, quando as circunstâncias lhes exigem que falem deles.

De facto, falar dos perigos inerentes à atividade profissional que se desempenha é, nalgumas circunstâncias, quase uma obrigação para os trabalhadores das refinarias portuguesas. No entanto, não se fala do perigo com qualquer pessoa, em qualquer situação ou de qualquer forma - variando também esta em função do contexto.

O discurso que poderíamos chamar "**de prevenção**", explicativo e técnico, impessoal e emocionalmente neutro, é por excelência o registo discursivo que estes trabalhadores reservam para o exterior, reproduzindo-o a visitantes ocasionais, independentemente das razões da sua visita e do grau de interesse pelo perigo que estes eventualmente demonstrem.² Trata-se de informações e explicações que não precisam de ser solicitadas, da mesma forma que em Paris se mostra quase automaticamente a um visitante a Torre Eiffel; espera-se que quem se interesse por uma refinaria goste de saber alguma coisa acerca dos perigos, vistos como uma

² Veja-se, a título de exemplo, o comentário com que fui brindado numa zona da unidade de FCC da refinaria de Sines, na primeira vez que lá me desloquei: «*Esta é que é a zona mais difícil de dominar em caso de acidente, porque estes produtos pesados têm uma temperatura de autoignição muito baixa, de cento e tal graus. Quando é um gás e há uma fuga, há sempre mais pressão dentro da linha do que cá fora e, se se tiver experiência, uma pessoa não se assusta, basta ir fechar uma válvula e o problema fica resolvido. Isto, não. Se está produto pesado a arder no chão, podemos cobri-lo de água e apagá-lo que, com a temperatura que ele continua a ter por baixo, entra outra vez em autoignição.*» O comentário apresenta a curiosidade suplementar de se referir a uma das zonas menos perigosas dessa unidade.

característica estrutural do funcionamento e do trabalho numa fábrica deste tipo e, por isso, em grande medida como uma coisa "típica" e emocionante para quem vem do exterior. Esta apresentação abstrata e vaga de perigos é, assim, quase uma cortesia, embora em simultâneo transmita e veicule, sem que os trabalhadores tenham sempre plena consciência disso, uma imagem profissional de heroicidade e mestria, grata à autoestima.

Uma segunda ocasião em que os trabalhadores são requisitados para verbalizar o perigo ocorre quando algum problema técnico específico justifica a **discussão de questões de segurança concretas**, pontuais e bem delimitadas. Evita-se que este tipo de discurso seja é tido em frente de estranhos, assumindo-o tacitamente como uma "conversa de serviço" entre iguais, mantida a um nível técnico e dirigida ao bem e segurança comuns. Não obstante, raramente busca ouvir conselhos ou suscitar sugestões de resolução do problema, pois quase sempre inclui uma solução já aplicada por quem suscita o diálogo – para a qual se apela, assim, à concordância dos colegas. Neste caso, sob uma aparência e retórica de mera discussão técnica e objetiva, não é já de um perigo abstrato e impessoal que se fala, mas de uma ameaça concreta que se teme venha a provocar um acidente a curto prazo. Mais do que isso, trata-se de um tipo de discurso que eufemiza o perigo concreto e sublima os sentimentos de insegurança que dele resultam, através da sua projeção discursiva para a linguagem e análise técnicas. É, nesse sentido, uma verbalização catártica do perigo, sendo essa característica reforçada pelo esperado apoio dos colegas ao "truque" ou solução adotada.

Por fim, verbalizar de forma exaustiva os perigos concretos existentes numa determinada unidade torna-se uma obrigação moral e uma condição de segurança individual e coletiva, quando se trata de **integrar colegas novatos na equipa de trabalho**. Inserida num processo de aprendizagem mais vasto que corresponde ao modelo da *participação periférica legítima* (Lave e Wenger, 1991), a apresentação dos perigos aos neófitos é, na perspetiva dos operários mais experientes, uma violência a que se submetem para seu

próprio bem. Embora lhes seja desagradável invocar e analisar os perigos existentes de uma forma que os reafirme enquanto possibilidade futura e iminente, a apresentação dos perigos aos novatos, acompanhada da explicação do que não deve nunca fazer-se e daquilo que há que fazer em caso de emergência, é assumida como uma consciencialização e preparação para o perigo que reforça a segurança de todos – ao evitar erros por inexperiência ou atrevimento e ao permitir ao novato que conte com a presença do perigo e saiba como reagir a ele.³

Não obstante a existência dessas diversas circunstâncias que quase obrigam os trabalhadores a verbalizar o perigo, é-lhes em geral muito desagradável discuti-lo de uma forma mais analítica e pessoal. O diferente grau de abertura e facilidade para o fazer que é demonstrado por cada indivíduo situa-se num *continuum* que, partindo do total evitamento, vai até à possibilidade de manter toda uma discussão acerca do assunto sob um registo analítico e distanciado - que nesses casos tende a adotar, também, um registo reivindicativo e pré-estruturado. Isto sugere que, neste contexto em que o perigo é quotidiano, a capacidade para falar dos perigos laborais está relacionada com a capacidade (emotiva, mas também retórica) de o eufemizar, de o remeter para um registo discursivo e conceptual que o abstracionize, que minimize a capacidade de presentificação do sentimento de ameaça inerente ao próprio facto de se falar dele.

1.1 O acidente, conversa indesejada

Esse carácter emocionalmente agressivo (de reactualização, de memória e de projecção da ameaça) é ainda mais marcado quando se trata de relembrar e verbalizar acidentes passados, sobretudo se ocorreram com o próprio. Consequentemente, em geral são também maiores as resistências a falar deles.

³ Para aprofundar este aspeto e o processo de aprendizagem e integração profissional auto-organizado pelos trabalhadores veteranos, veja-se Granjo (2004: 211-224).

Uma das raras exceções ocorre quando a referência a acidentes, geralmente sem os descrever, é remetida para **um outro espaço e tempo**, comparativamente aos quais o tempo e o espaço presentes surgem, implícita ou explicitamente, como mais seguros.

Nas refinarias portuguesas, esse tipo de referências está habitualmente associado às desativadas instalações de Cabo Ruivo, cujos últimos anos de funcionamento deixaram nos trabalhadores uma memória de permanente insegurança e frequentes acidentes. No entanto, o seu sentido não é tanto o de bravata, pelos perigos vividos, mas antes uma manipulação do contraste (na frequência e gravidade de acidentes), que permite criar um efeito discursivo tranquilizante. Esse é, de facto, o único e excecional caso em que a referência direta a acidentes concretos assume uma função catártica, podendo até esse discurso coincidir, numa mesma pessoa, com uma total resistência a falar de acidentes fora deste contexto retórico.

A segunda exceção ao evitamento da verbalização de acidentes ocorre quando estes, devido a terem sido controlados pela intervenção dos trabalhadores antes de se transformarem em catástrofes, são **reapropriáveis enquanto referentes da mestria profissional**, da coragem e da capacidade de resposta ao perigo – seja por parte do próprio, seja por parte do grupo de trabalho em geral. Um bom exemplo desse tipo de discurso é-nos dado pela descrição recolhida junto de um chefe de turno:

«Na fábrica antiga, uma linha de 24 polegadas, à saída de um forno, era cosida e a soldadura rebentou-se numa das secções. Analisámos a situação muito depressa e mandei fazer uma paragem de emergência. Mas a refinaria não ardeu toda porque, em primeiro lugar, os tipos da segurança tiveram, desculpe a expressão, um par de tomates pretos e não saíram das suas posições, a mandarem vapor e neve lá para cima até o fogo estar dominado, e a equipe de exterior era experiente e cada um fez o que sabia que tinha a fazer, também muito depressa. Quando discutimos depois disso, chegámos à conclusão que, para além de termos tido sorte, foi isso que evitou danos maiores.»

Estas verbalizações de acidentes reapropriáveis para reforço da autoestima e autoconfiança são produzidos por indivíduos todas as categorias profissionais diretamente

envolvidas na produção, verificando-se ainda que, tal como no tipo de discurso anteriormente mencionado, também no caso destas descrições a ação quase sempre se desenrola noutra tempo e noutra lugar – exceto, claro está, quando o interlocutor insiste em obter um comentário a um acidente específico e recente. A conjugação destes dois aspetos indica que, por um lado, a reapropriação do acidente para reforço da autoestima parece funcionar - nos casos em que o trabalhador se sentiu obrigado a descrevê-lo e em que essa reapropriação é possível - como uma bengala retórica que viabiliza uma eufemização do perigo e do acidente, fornecendo um escape emotivo para uma situação emocionalmente desagradável (a verbalização que lhe é solicitada); por outro lado, que esse tipo de reapropriação só se pode tornar emocionalmente confortável nos casos em que a escolha do acidente foi deliberada e possibilita operar um distanciamento relativamente a ele, através da sua projeção para uma situação diferente (no espaço e no tempo) da atualmente vivida.

Isto não é obviamente possível quando se trata de **acidentes recentes**, particularmente se vividos pelo próprio. Acidentes ocorridos com outros, mesmo que muito marcantes, sempre permitem algum distanciamento analítico, embora a identificação com o acidentado e a projeção de afetos acabem sempre (conforme adiante discutirei) por se manifestar fortemente.

No entanto, os acidentes que recentemente se viveram são contados, se os trabalhadores acedem a fazê-lo, sob uma grande tensão mesmo que as suas consequências não tenham sido graves - pois poderiam tê-lo sido e poderá ser pior para a próxima vez. Obviando a essa tensão e à projeção emotiva para o passado e o futuro, muitas descrições não o chegam a ser, limitando-se a constituir referências vagas que não fornecem pormenores nem permitem reconstituir o que se passou:

«Fogos, pá, já apanhei pelo menos três. Nos permutadores, nas bombas, portanto produto a alta temperatura, autoinflamou-se, pronto, são coisas que... Foi por causa de fugas. Autoinflamou-se e pronto, acorremos logo e apagámos. E... pronto, não passou daí. Não houve problema de maior.» (operador de exterior)

1.2 O olhar da vítima e o dos seus colegas

Quando esse laconismo é ultrapassado, é-o normalmente como forma de questionar aquilo que ocorreu (em voz alta e junto de alguém capaz de compreender), numa fase em que o acidentado esteja ainda a integrar o acidente na visão de si próprio e do seu trabalho.

«Foi a tentar purgar uma coluna. Portanto a purga devia estar obstruída, chama-se um rolhão. E no momento (era às 4 horas da madrugada), no momento em que eu tentei ver o nível, para ver o que é que se passava, aquilo desobstruiu rapidamente. Ou seja era quase o dobro ou o triplo da pressão normal de purga simples. A purga era quase líquida. Desobstruiu, a força era tanta que bateu no fundo do dreno, saltou cá para fora... gás sulfídrico líquido mais puro que nós temos cá na unidade. É um gás com uma característica muito própria. Nós conseguimos cheirar ao princípio, apercebemo-nos que há muito ar no ar, mas momentos depois habituamo-nos ao cheiro e não nos apercebemos que estamos a continuar a ingerir. E eu tentei ainda fechar a válvula. Tentei fechar a válvula, mas a válvula por... penso que seja erro mecânico estava torta e ainda continua e é difícil fechar à mão. Tive que tentar ainda fechar com a chave, etc. Se a válvula tivesse boa conseguia arranjar aquilo com a mão, fechar aquilo e evitar o acidente. Mas não, tentei fechar e não consegui. No momento em que vi que naturalmente que havia qualquer coisa de errado, que não 'tava a ter forças nos braços, portanto tive que fugir e não deu mesmo hipóteses.. desmaiei mesmo ali. E vá lá, tive sorte, porque os seguranças atuaram com a maior rapidez e precisão possível. Fizeram-me na altura respiração boca-a-boca, massagens cardíacas... e depois, estive nove horas no hospital a soro e a oxigénio. Mil e um testes, enfim... Deram-me como apto fisicamente 22 dias depois. Estive esses dias de baixa, a fazer recuperação, enfim... (pausa)

Claro que eu já pensava no perigo. Eu inclusive trabalhei numa unidade, que é o platforming, que era um perigo constante. E infelizmente para os meus colegas que lá trabalham é um perigo constante, que são os interestágios dos compressores, que é de hidrogénio. Portanto aquilo é uma pressão impressionante e que a qualquer momento se pode autoinflamar. Não percebo como é que o processo está agora organizado, mas as purgas estão sempre abertas e aquilo é uma demasia constante de hidrogénio na fase líquida que são mandadas para o solo. A qualquer momento, qualquer dia, se houver um azar... E nós tínhamos que ver aquilo diariamente. Tirar calores, ver temperaturas, essas coisas. Esta unidade a priori não me parecia muito coisa. Mas, enfim, aconteceu o acidente, o que é que se há de fazer? (pausa)

«Não desejo este trabalho nem ao meu pior inimigo! Mas com o mercado de trabalho como está, até estamos aqui muito bem.»

Embora fosse evidente a necessidade que este trabalhador sentia de falar sobre o assunto (o que não é muito fácil em contexto laboral, dado o desconforto dos seus colegas em lhe servirem de interlocutor acerca deste assunto), a descrição que fez foi-se-lhe tornando rapidamente numa atividade de uma extrema agressividade emotiva. Compreendemos, assim, um pouco melhor a relutância dos trabalhadores em fazerem este exercício de memória e explicitação.

Mas verificamos, também, que recordar e pensar o acidente faz este operador questionar o exercício do seu trabalho, agora que o perigo se transformou de ameaça abstrata em realidade concretizada. E faz igualmente questionar o seu mecanismo principal de tranquilização, que consistia em conceber a existência de unidades mais e menos perigosas com base na comparação com locais conhecidos e particularmente perigosos.

Verificamos, ainda, que o acidente é manipulado discursivamente por este trabalhador de uma forma que expressa e transmite um travo de falha pessoal, de ter sido "apanhado distraído", de uma insuficiente - embora justificada - capacidade de resposta a uma situação anormal. Nesse sentido, o acidente faz implicitamente questionar a nossa capacidade de rapidamente perceber, pensar e atuar relativamente a uma ameaça concreta, configurando-se assim, conforme sugerira Plawner (1982), como um atentado à dignidade de quem o sofre.

No entanto, a reação a um acidente grave pode ser mais extrema do que este complexo feixe de humilhação, de quebra dos mecanismos anteriores de tranquilização, de questionamento do trabalho que se faz em condições tão perigosas - e, conforme adiante discutirei, de busca de uma explicação e sentido para o acontecido que permita tranquilizar a vítima quanto a eventuais repetições. De facto, conheci duas situações em que, após sofrerem acidentes, as vítimas passaram a ir diariamente trabalhar com um medo consciencializado de que um novo acidente grave ocorresse.

Uma delas corresponde a um operador que tinha sido atingido por ácido fluorídrico, passando a ser-lhe insustentável a ideia de se poder voltar expor a essa substância - o que o incapacitou para ocupar o seu posto de trabalho anterior, conforme foi reconhecido pela medicina, ao aconselhar a sua transferência.

A outra é o de um trabalhador que, sofrendo uma intoxicação por sulfídrico, não pôs em causa o seu trabalho (por razões financeiras), mas se centrou de uma forma obsessiva em todos os mecanismos possíveis de proteção que pudesse utilizar. Realizava qualquer operação de rotina com uma panóplia claramente excessiva de equipamentos individuais de proteção, comparava todos os novos modelos que chegavam à fábrica com os já existentes, para além de adquirir às suas expensas, no exterior, quaisquer novidades de que lhe chegasse conhecimento. Apesar de todos esses cuidados, passou a ter quase em permanência reações alérgicas ou inflamatórias que relacionava com os produtos químicos com que contactava, o que o conduzia regularmente ao médico e ao consumo de medicação.⁴

Não obstante, estes tipos de reações ao acidente são as menos habituais, conforme pude extensivamente confirmar em conversas posteriores com trabalhadores acidentados e os seus colegas. O corrente é que, tal como no caso cuja vítima citei, o trabalhador procure integrar o acidente através de um processo mais ou menos moroso em que - manipulando a compreensão da causalidade, as suas próprias necessidades sociais e os instrumentos de eufemização do perigo ao seu dispor - este acaba por ser catalogado, relativizado e remetido para um tempo passado.

Esse processo não é, contudo, exclusivo das vítimas. Isto porque, se pensar no perigo não constitui uma atividade

⁴ Note-se contudo que o seu percurso não configurava a tipologia da "carreira de doente" apontada por Goffman (1968), na medida em que, no seu caso, a vitimização não era um princípio ativo do sistema comportamental e cognitivo, a resposta em si ao perigo, mas uma decorrência do restante centramento obsessivo sobre ele - não implicando, igualmente, a frequente doença uma sua aceitação do rótulo de "doente".

quotidiana e normal para um trabalhador de refinação,⁵ torna-se quase insustentável não o fazer quando ocorre um acidente grave com um colega. A sua ocorrência faz com que grande parte dos operadores não só pensem no perigo e presentifiquem a consciência que dele têm (com a concomitante emergência da sensação de ameaça), como questionem o seu papel profissional, as condições em que trabalham e em que medida se pode justificar o facto de se submeterem a esse tipo de ameaça. Não é sequer necessário, para que esse questionamento aconteça, que o operador tenha tido alguma participação no acidente, quanto mais não seja ajudando a limitar as suas consequências. Mesmo que não tenha assistido ao que aconteceu, projeta-se na posição do colega acidentado - e é essencialmente um processo de identificação com ele, e não tanto de comparação de situações a servir de base às reflexões que produz e ao mal-estar que sente:

«Não, aquele fogo na Fabricação 1 não me passou um bocado ao lado. Não me passou um bocado ao lado, porque eu acho que o que aconteceu a eles podia-me acontecer a mim, porque eu trabalho aqui dentro e estou sujeito a essas coisas todas. Por isso é que às vezes as pessoas, quando nós falamos em termos um subsídio de risco e batalhamos isso com os sindicatos, há certas e determinadas pessoas que não gostam de ouvir isso, porque dizem "Eh pá, vocês já ganham bastante, porque trabalham por turnos e já têm um subsídio de turno alto" e não sei quê. Só que se esquecem... Esquecem-se é que aquilo que aconteceu pode acontecer-me a mim ou a qualquer outra pessoa que trabalhe no exterior. E pronto, há sempre um risco, aquilo que eu disse e que estou farto de dizer, que pronto, isto é um barril de pólvora.» (operador de exterior)

O impacto não é, no entanto, apenas emocional, nem tão pouco é apenas sobre o perigo em si mesmo que incide o processo de racionalização e (re)consciencialização. O mecanismo de identificação com o acidentado coloca os operadores perante a necessidade de reavaliarem a sua inserção profissional, em virtude de um duplo requisito da

⁵ Acerca do peso do pensamento acerca do perigo e do medo no quotidiano destes trabalhadores, e das razões por que ele não corresponde ao modelo absolutizador proposto por Christophe Dejourn (1980), veja-se Granjo (2004: 189-210).

autoestima: por um lado, perante a ocorrência do acidente em que se projetam, seria considerarem-se a si próprios ingênuos ou pouco inteligentes pensarem que têm um bom trabalho, desempenhado em boas condições; mas, por outro lado, se o seu trabalho é assim tão mau, porque aceitam fazê-lo?

Esta contradição não tem, evidentemente, solução definitiva fora do quadro do abandono da profissão – abandono que é excecional, devido à quase ausência de alternativas que sejam equivalentes ou comparativamente aceitáveis em termos financeiros. O questionamento profissional posterior à ocorrência de acidentes acaba, assim, por ser diluído através de dois paliativos: por um lado, encontra refúgio e é sublimado através da conjugação de manifestações de descontentamento e de reivindicações financeiras, legitimadas exatamente pelo perigo e pela grande responsabilidade do trabalho; por outro lado, a progressiva reintegração do acidente vai esvaziando de pertinência esse questionamento – ou, mais precisamente, permite que ele deixe de ser pensado.

Mas essa reintegração do acidente não é automática, nem isenta de escolhos.

1.3 A incompleta reintegração da rutura

A reintegração do acidente torna-se em grande medida possível pela existência de uma normalidade que, sem negar o perigo, o remete para níveis não conscientes. No entanto, requer a operacionalização de mecanismos que o tornem cognoscível e o permitam “encerrar” enquanto acontecimento excecional e disruptor, remetendo-o para o passado.

Em primeiro lugar, conforme se torna evidente na descrição de acidente que citei e nas referências que os trabalhadores fazem a acidentes passados com colegas,⁶ o

⁶ Por exemplo, «Às vezes os trabalhadores são pressionados, fazem purgas para desenrascar o trabalho. Aquilo o que aconteceu foi uma purga de gás que um colega fez, o gás foi-se aproximando da fornalha, e depois apanhou o lume da fornalha e aquilo foi uma explosão brusca. Mas são trabalhos que às vezes fazemos para não se parar, e às vezes pode ser... o que aconteceu.»

confronto com um acidente requer das pessoas uma **compreensão das suas causas**. Só a partir delas a ocorrência do acidente, a intromissão no quotidiano da inesperada agressão à integridade física, pode assumir contornos lógicos que a tornem racionalizável, integrável, superando a sensação de absurdo e confusão de uma ameaça geral e permanente.

De alguma forma, tem que poder ser detetada uma culpa - do material, da manutenção, das condições de trabalho, de uma ou mais pessoas - para que um acidente, adquirindo uma lógica que o permita explicar em si próprio, possa adquirir uma individualidade que o limite às fronteiras da sua ocorrência, deixando de constituir uma mera afirmação geral de que se está à mercê do acaso.

No entanto, as razões encontradas acabam sempre por ser insuficientemente satisfatórias e por suscitar novas perguntas, que por sua vez reforçam a consciência do espaço ocupado pelo inesperado e imponderável.

Atentando no acidente antes relatado pela sua vítima, vemos (nós e os trabalhadores) que se a válvula está montada torta, tinha sido aberta e fechada centenas de vezes; para que essa deficiência se tornasse relevante enquanto causa de acidente e ele assumisse esta gravidade, foi necessário que o indicador de nível estivesse bloqueado e fosse preciso ir verificar, foi necessário que isso se devesse a um rolhão e que ele se tivesse desfeito quando a purga foi aberta - tal como foi inclusivamente necessário que o operador se tivesse esquecido de, como é hábito, desligar os sensores de alarme de sulfídrico antes de fazer a purga para que, tendo estes soado, a sua vida fosse salva pelos colegas.

Ou seja, mesmo descontando a existência de razões por trás de algumas destas causas e conexões causais, a gestão emotiva e racional da explicação e compreensão dos acidentes choca-se sempre, para os trabalhadores, com uma dificuldade e um dilema: por um lado, se o isolamento e valorização de "causas fortes" de um acidente contribui em muito para a sua reintegração tranquilizante, fica sempre a sensação de que elas não chegam para o explicar, o que compromete essa mesma reintegração; por outro lado, se se continuam a

aprofundar todos os fatores envolvidos, rapidamente ressalta a importância do aleatório e de aspetos banais do trabalho quotidiano, comprometendo mais ainda o efeito tranquilizador da *démarche* a que se procede. Dessa forma, a reintegração do acidente marcante acaba por ser sempre provisória e instável, porque a busca da explicação das suas causas nunca chega a servir completamente os seus objetivos de desdramatização, de tipificação e de restauração da ordem.

Mas existe uma outra razão para que essa reintegração se mantenha instável. Sem pretender reduzir o acidente e a relação que com ele é mantida ao formato do rito de passagem,⁷ o facto é que um acontecimento traumático e agressivo tem que ser dado por encerrado para que seja integrado no quotidiano, remetido para a memória passada, superado. No caso do acidente industrial grave (neste contexto e de forma mais generalizada, a julgar pela geral realização de inquéritos pós-acidente), esse encerramento passa não só pelo isolamento de causas, mas também pelo **apuramento de responsabilidades** e a punição de eventuais responsáveis.

Ora se no caso das culturas laborais predominantes no Japão esse "rito de saída" é sistematicamente elevado ao seu nível mais consequente e marcante, sendo quase imprescindível despedir de imediato um engenheiro ou diretor considerados responsáveis máximos por um acidente (Duclos, 1991), é opinião praticamente generalizada entre estes trabalhadores da indústria petrolífera que na empresa (e no país) os responsáveis últimos nunca são punidos e, pelo contrário, se procura sempre encontrar e designar um "bode expiatório" mais fraco:

«Quando há algum azar, vão logo ver se podem lixar alguém em baixo. E se puderem lixam, para já não terem que procurar

⁷ Veja-se, acerca desta morfologia ritual, Van Gennep (1978 [1908]) e Turner (1974 [1969]). Um rito de passagem (que está presente em inúmeras situações sociais correntes) é constituído por uma sucessão de ritos de separação/entrada e agregação/saída, contendo entre eles uma situação liminar - ambígua, perigosa e colocada fora da normalidade quotidiana. As homologias formais e funcionais são evidentes (aliás, tal como acontece com o período de trabalho diário numa refinaria, face ao quotidiano extralaboral), mas não me parece imprescindível desenvolver esse ponto num texto tão curto.

responsabilidades mais acima. Há um colega que se tem fartado de gastar dinheiro em advogados, com um processo-crime às costas, por causa do acidente lá em cima [Leça da Palmeira], em que morreram dois colegas. Estava lá o chefe de divisão, o diretor industrial, os chefes todos, foram-se todos embora e ninguém fez nada. Foi quem eles pressionaram para resolver o problema que se lixou.»

«Tentam-se sempre descartar. Olha o relatório aqui do fogo grande! Há não sei quantas coisas que deviam ter sido cavadas mais fundo, que eles só dizem que são "procedimentos normais". Como não conseguiram entalar ninguém, as ordens que eles dão fora das regras são "procedimentos normais»

«O que é que eles fizeram? O chefe de divisão que tinha participado e era um dos responsáveis da situação criada, fazia parte da comissão de inquérito! Conclusão: como envolvia um indivíduo que era chefe, nunca chegou a sair o inquérito para a rua. Mas para abafarem o caso, promoveram-no.»

Tenham ou não os trabalhadores razão quando pensam que os verdadeiros responsáveis nunca são punidos, que a verdade é sempre encoberta e que, sempre que possível, eles próprios são transformados em bodes expiatórios dos acidentes, o facto é que o pensam. Pensando-o (e a menos que lhes sejam dadas no futuro razões que os façam pensar de outra forma), o que acontece é que os acidentes não são considerados encerrados enquanto acontecimento, não podendo por isso ser reintegrados de uma forma total e estável.

Acabam, de facto, por ser reintegrados de forma parcial e contingente, pela própria ação da normalidade rotineira. (Re)instaurando uma normalidade de convivência com os perigos que se sabe existirem mas acerca dos quais não se reflete quotidianamente, reproduzindo um ambiente descontraído e de brincadeiras verbais (que permite camuflar a permanente atenção não consciente dos trabalhadores para com qualquer ruído ou valor anormal que possa indiciar uma falha ou acidente), a rotina diária acaba por amortecer o impacto emotivo e racional dos acidentes marcantes, remetendo-os paulatinamente para o espaço daquilo que é conhecido mas não pensado. No entanto, esse é um espaço onde a memória dos acidentes mantém, de alguma forma, um permanente potencial inquietante e questionador das condições de trabalho e de vida, passível de emergir para a

reflexão individual e coletiva sempre que novos acontecimentos o justifiquem.

Este potencial inquietante e questionador - traduzível em insegurança, medo, tensões hierárquicas e funcionais, sentimentos de indignação e revolta, ou mesmo abandono da profissão - resulta, afinal, do facto de os dois requisitos fundamentais para a reintegração dos acidentes não estarem cumpridos.

Um deles, a compreensão das suas causas de uma forma que explique o acidente na sua totalidade e para lá de fatores aleatórios sobre os quais os trabalhadores não tenham qualquer controle (com isso excluindo as contingências do acaso e reduzindo-o aos limites da sua ocorrência individual), será extremamente difícil, se não virtualmente impossível, em contextos tecnológicos hipercomplexos como este.⁸

O outro, o completo apuramento e assunção pública da cadeia de responsabilidades na ocorrência (com isso responsabilizando pelas suas decisões ou omissões quem tem o poder de comando ou a capacidade de executar, e complementando em termos de razões humanas a cadeia de causas materiais), é em abstrato viável, dependendo fundamentalmente da cultura organizacional e da ética de chefia que sejam seguidas. Mas, exatamente pela impossibilidade de suprir de forma total o requisito anterior e pelos fatores de poder envolvidos neste, maior é a sua importância e premência para uma efetiva reintegração dos acidentes.

2. Uma fundição de alumínio multinacional, em Moçambique

A forma como estes requisitos são vividos e geridos pode, no entanto, apresentar-se sob outros formatos.

Talvez o leitor tenha reparado que iniciei a primeira secção deste artigo salvaguardando que a relação dos trabalhadores com os acidentes laborais é uma vertente particular da sua

⁸ Para aprofundar esta questão, veja-se Granjo (2008a).

relação com os perigos existentes no local de trabalho, caso sejam atribuídas aos acidentes causas exclusivamente materiais.

A salvaguarda deve-se ao facto de essa condição estar longe de ser universal. Efetivamente, na maior parte das culturas a aleatoriedade e o acaso ou não são concebidos enquanto tal, ou são limitados ao âmbito dos chamados jogos de azar (Eglash, 2005), sem que lhes seja reconhecida realidade quando se trata de compreender acidentes, doenças ou outros infortúnios.

Também no nosso país, onde é suposto que o acaso faça parte da visão do mundo de quase toda a gente, existem muitas circunstâncias particulares em que ele não é aceite como razão, sendo mobilizados outros princípios explicativos para dar sentido à incerteza e ao aleatório e, se possível, influenciá-los. Esta constatação pouco tem de surpreendente. Afinal, conforme salienta Philip Peek (1991, p.1), reiterando um artigo pioneiro de George Murdock (1945), em todas as culturas conhecidas pela história ou a etnografia existem sistemas de adivinhação. Isso também quer dizer que em todas elas lhes existem, subjacentes, sistemas que pretendem dar sentido à casualidade e, a partir dele, guiar a intervenção humana sobre o que é incerto e desconhecido, sugerindo que essa universalidade corresponda a uma necessidade humana também ela universal. Não é por isso de estranhar que, confrontado alguém com a absurdidade e ausência de sentido de acontecimentos casuais e imprevisíveis que o penalizem, lance mão de outros princípios explicativos também existentes na sociedade e que permitam buscar os sentidos que a racionalidade material e tecnológica não lhe permite descortinar.

No entanto, existe uma diferença entre esta situação e aquela que é observável no país onde se insere a fábrica de que irei falar em seguida - uma fundição primária de alumínio *state of the art*, detida por capitais multinacionais⁹ e em

⁹ Os proprietários, para além de uma pequena participação do estado moçambicano, são empresas sediadas na Grã-Bretanha (a BHP-Billiton, resultante da fusão de uma empresa mineira australiana com uma parte, anteriormente autonomizada, de uma congénere sul-

funcionamento desde 2000, perto de Maputo. É que o sistema de interpretação dos infortúnios e da incerteza dominante nessa sociedade não reconhece a existência do acaso, exigindo explicações para os acidentes que não se esgotam nas suas causas e dinâmicas materiais. Embora mantendo uma relação ambígua com esse sistema de interpretação, os trabalhadores acabam, devido ao seu carácter dominante, por ser confrontados com ele quando ocorre um acidente - o que necessariamente tem repercussões na sua posterior reintegração.

2.1 Um modelo autóctone, disponível para reintegrar acidentes

O sistema de interpretação que referi, envolvendo embora entidades e forças espirituais na sua compreensão dos infortúnios e acidentes, não reduz o mundo a um conjunto de relações mágicas. De acordo com ele, considera-se que as pessoas estão rodeadas por muitos fatores materiais de perigo e que só em casos muito excecionais um acontecimento materialmente perigoso poderá resultar de algo que não seja uma conjugação de causas materiais. No entanto, para que esses perigos se transformem em infortúnios que atinjam um determinado indivíduo, é necessário que também ocorra um de três outros fatores, desta vez sociais:

- (a) que haja da parte da vítima incúria ou incompetência;
- (b) que ela seja alvo de feitiçaria, não lhe permitindo ver o perigo, atraindo-a ao local onde ele ocorra ou mesmo propiciando o acontecimento;
- (c) que, ao contrário do que é sua obrigação, os espíritos dos seus antepassados não a protejam do acontecimento iminente, chamando a sua atenção para ele ou afastando-a do local.

Esta última vertente explicativa deriva da dúvida negociação de deveres mútuos que caracteriza a relação entre os vivos e os seus antepassados. Tal como os parentes vivos mais idosos, os antepassados têm a obrigação de apoiar e

africana), Japão (conglomerado Mitsubishi) e África do Sul (a empresa de investimentos IDC). Veja-se Granjo (2003).

defender os seus descendentes, mas também a autoridade para autorizar ou não determinadas ações e o dever de repreender os seus descendentes e os conduzir ao “bom caminho”. No entanto, a sua ação sobre o mundo estará limitada, pois sendo apenas a parte sobrança das pessoas que já foram, não podem transmitir aos vivos o que desejam, mas apenas chamar a sua atenção de forma indireta. Assim, para protegerem os seus descendentes veem-se na contingência de os atrair para longe dos acontecimentos maus e para perto dos bons, ou de interceder por eles junto de outros espíritos. Quando se trata de repreendê-los, a sua única possibilidade é permitir acontecimentos indesejáveis, até que os vivos se corrijam ou recorram à adivinhação para saber a razão de tal descontentamento. O eventual acidente não é então, neste caso, uma punição, mas uma exigência de comunicação.¹⁰

Não se trata, no entanto, de um sistema determinista. Se, de acordo com ele, é de esperar que coisas desagradáveis ocorram caso se atravesse uma situação de forte tensão social (com os vivos, que poderão por isso recorrer à feitiçaria, ou com os antepassados), um comportamento que vivos e defuntos considerem bom não basta para salvar de acidentes. Poder-se-á, apesar dele, ser atingido devido a um mal-entendido, à herança de uma culpa por saldar, ou como forma de chamar a atenção de alguém que nos seja próximo.

Por outras palavras, a quantidade e complexidade dos fatores envolvidos nas relações sociais faz com que, à luz do próprio sistema, possam sempre ocorrer conjugações de fatores que se desconheçam, que não se consigam dominar e que conduzam à vitimização. As explicações de causalidade não material que referi não permitem, assim, erradicar ou evitar com segurança as ameaças, mas apenas explicá-las a *posteriori* - visto serem incertas, mutáveis e desconhecidas as intenções dos outros a nosso respeito, ao mesmo tempo que as ações ou intenções de cada entidade, viva ou morta, são

¹⁰ Acerca deste sistema, sua lógica, funcionamento e implicações, veja-se Granjo (2009; 2011), Honwana (2002) e Bagnol (2008).

apenas um dos muitos elementos de uma complexa e mutável rede de interações sociais.¹¹

Devemos também ter em atenção que, por um lado, estas interpretações do infortúnio baseadas nos espíritos e na feitiçaria pressupõem a existência de perigos materiais que se regem por relações causais próprias e que, por outro, o sistema inclui um terceiro princípio explicativo que não tem qualquer caráter espiritual ou mágico: a incúria ou incompetência da vítima para reconhecer e gerir essas ameaças materiais.

Uma das consequências dessas características é que espíritos e feitiços só se tornam explicações pertinentes para um acidente a partir do momento em que, tendo a vítima consciência das causas materiais que podiam conduzir ao perigo, assumiu relativamente a elas os procedimentos e cuidados mais corretos e adequados.

Outra consequência é que este sistema de interpretação não pretende explicar **como** é que o acontecimento perigoso ocorreu (pois isso é explicado pelas relações causais materiais), mas o **porquê** de, tendo ele ocorrido, ter vitimado aquela pessoa específica, que com ele coincidiu no espaço e no tempo.¹²

Conforme adiante veremos, estas características tornam possível a coexistência entre este sistema interpretativo e o trabalho num contexto industrial tecnologicamente requintado. No entanto, o facto de ele ser predominante na sociedade em que a fábrica se insere não implica que ele seja partilhado por todos os trabalhadores e com o mesmo grau de crença ou, menos ainda, que ele seja por eles aplicado ao quotidiano laboral.

Pelo contrário, torna-se evidente, quando os observamos em laboração ou conversamos com eles, que os trabalhadores não só dominam os princípios da racionalidade tecnológica,

¹¹ Para aprofundar esta questão e a correspondência deste sistema ao modelo do “caos determinístico”, veja-se Granjo (2008a; 2011).

¹² Dessa forma, exceto pelo papel atribuído à interferência ativa dos antepassados, a lógica deste sistema corresponde de forma bastante direta à daquele que Evans-Pritchard aponta à bruxaria Azande (Evans-Pritchard, 1978 [1937]).

como os aplicam diariamente à interpretação do processo produtivo e à resolução dos problemas que encontram. Mais ainda, esta racionalidade é a única a ser utilizada em tais ocasiões “técnicas” e nesses tempos “normais”, não surgindo, então, mesclada de qualquer outro tipo de lógicas ou considerações.

Conforme tive oportunidade de aprofundar noutra ocasião (Granjo, 2008), esta rara ausência de sincretismos justifica-se por um conjunto de características particulares dos operários da empresa, que inclui uma escolaridade longa e valorizadora dos tipos de racionalidade de matriz “ocidental”, o facto de terem crescido num regime político modernista que desvalorizava e reprimia o «*obscurantismo*» das crenças “tradicionais” (Geffray, 1991) e uma forma de aprendizagem profissional em que, assumindo a empresa que os trabalhadores admitidos constituíam uma *tabula rasa* em matéria de procedimentos e perigos industriais, os conhecimentos transmitidos lhes eram apresentados como a única forma correta de fazer funcionar a maquinaria e garantir a segurança. Possuíam, assim, as referências e competências que lhes permitiam aplicar facilmente a racionalidade tecnológica ao quotidiano laboral, partilharam uma experiência de desvalorização dos sistemas de interpretação locais como sendo “arcaísmos de gente atrasada”, e era-lhes agora exigido o rigoroso cumprimento de um conjunto de regras e procedimentos decorrentes da racionalidade tecnológica, que é controlado e objeto de recompensa ou punição financeira e de carreira.

Mas também o relacionamento dos trabalhadores com o sistema de interpretação dos infortúnios que anteriormente expus é marcado pela ambiguidade. Um reduzido número deles não acredita, de facto, na ação de fatores espirituais sobre o mundo, enquanto outros, um pouco mais numerosos, assumem que acreditam e que recorrem a apoios mágicos e rituais especializados. A larga maioria, contudo, assume uma posição de “dúvida plausível”, que constitui afinal um equilíbrio instável e mutável dependente da ocasião.

Neste caso, independentemente do seu grau de ceticismo ou dúvida em relação a ele, os trabalhadores têm sempre à sua

disposição o sistema explicativo baseado nos espíritos e feitiçaria, cuja existência lhes vai sendo recordada, ao longo da sua vida diária, por pessoas à sua volta. Quando ocorrem infortúnios ou coincidências perturbadoras, ele está ali, pronto a ser usado para dar sentido a algo que nenhum outro sistema disponível consegue explicar: a absurdidade dos acontecimentos aleatórios. Mais do que isso, este sistema pode fornecer não apenas uma explicação, mas também as diretrizes para corrigir as razões últimas que se pressupõe estarem subjacentes ao acontecimento indesejado.

O resultado é que o sistema interpretativo de que tenho vindo a falar fica adormecido em segundo plano durante o trabalho diário porque, independentemente do grau de crença que nele se tenha, não é pertinente para as atividades laborais correntes nem existe nenhum estímulo para o equacionar.

De facto, ele não é sequer pertinente no decurso de um acidente, porque nesse momento são necessárias reações materiais tecnicamente adequadas que o limitem e resolvam, e não a descoberta e explicação de quaisquer causas não-materiais que lhe possam estar subjacentes. Só depois, no processo de reintegração na normalidade que se segue aos acontecimentos disruptores e indesejados, o sistema de interpretação local se torna pertinente e pode ser (e é) mobilizado pelas pessoas.

Assim, a lógica dos espíritos e feitiços coexiste lado a lado mas separada da racionalidade tecnológica (cujos objetos são os períodos normais e as relações causais materiais) apenas emergindo durante o processo de compreender os acidentes. Mesmo então, contudo, ele não dispensa a compreensão de **como** aconteceu o acidente, da sequência de relações causais materiais a que em Portugal se chamam as “causas do acidente”. Estas são buscadas e sê-lo-iam por parte dos trabalhadores, mesmo que a hierarquia da empresa não as analisasse exaustivamente (conforme faz), sempre que um acidente ocorre.

No entanto, a concomitante busca do **porquê** não material, que fez o perigo atingir a vítima, acaba por dar resposta a um desconforto e limitação à reintegração do acidente que já referi em relação às refinarias portuguesas,

mas que na verdade se coloca sempre que a busca das causas se limite (conforme acontece em culturas como a nossa) à análise da dinâmica do acidente. Refiro-me ao facto de, numa *démarche* desse tipo, o aprofundamento dos fatores envolvidos num acidente fazer ressaltar a importância que nele assumiram aspetos aleatórios ou banais no trabalho quotidiano, com isso reforçando a consciência do carácter contingente e incontrolável do relacionamento com o perigo laboral, comprometendo o efeito tranquilizador desejado.

No caso moçambicano, a busca de razões não-materiais que expliquem essas vertentes de incerteza e aleatoriedade (uma busca suscitada culturalmente, mas a que instrumentos culturais locais conferem também possibilidade de solução) permite aos trabalhadores darem resposta a essa limitação. Se o acidentado foi cuidadoso e competente sem com isso deixar de ser atingido, se quase nada fez de diferente do habitual e mesmo assim foi vitimado, se a maquinaria teve uma avaria ou um comportamento pouco habitual e previsível quando estava a lidar com ela, a razão não é o facto de estar sujeito a perigos complexos que nunca poderá antever na totalidade (e que, portanto, o poderão sempre atingir de formas diferentes e inesperadas, independentemente do cuidado preventivo que tenha), mas um qualquer fator social que pode ser detetado, corrigido ou combatido.

Tenha essa razão a ver com feitiços, com os antepassados ou com a quebra de alguma interdição comportamental, tanto poderia ter conduzido a um acidente na fábrica como noutra sítio qualquer. Assim, e até que essa razão seja detetada e corrigida de uma forma considerada satisfatória pelo acidentado e pelos que o rodeiam (recorrendo para isso aos especialistas rituais e aos mecanismos culturalmente disponíveis), a vida em geral torna-se mais assustadora; mas o mesmo não acontece com a fábrica e os perigos laborais.

2.2 Limites culturais à responsabilização

Da mesma forma que essa busca de razões não materiais subjacentes ao acidente não dispensa a compreensão das

suas causas e dinâmicas materiais, tão pouco dispensa o apuramento de responsabilidades humanas relativamente a estas.

A existência e reconhecimento de culpas - sobretudo se atribuíveis a escalões hierárquicos superiores e, assim, demonstrando a sua inexistência por parte da vítima - assume para estes trabalhadores tanta importância como para os seus colegas das refinarias portuguesas. No entanto, as expectativas quanto às consequências dessa responsabilização podem ser diferentes, conduzindo a inesperados efeitos perversos, quando alguns particularismos culturais não são levados em conta.

Alguns anos atrás, na sequência de um problema grave, foi considerado em sede de inquérito que, entre as suas causas, se contava a incúria por parte de um elevado quadro técnico da empresa. Sob pressão da política de busca de "Zero Harm", enfatizada pelo maior acionista, e seguindo os princípios de responsabilização a todos os níveis hierárquicos que ele próprio partilhava, o diretor-geral da fábrica decidiu aplicar, quanto a isso, os princípios de procedimento que seriam exigíveis numa fábrica que estivesse situada no Japão. O quadro em questão foi demitido.

Os dados do inquérito que tinham transpirado para a área de produção tinham suscitado surpresa mas também um franco agrado entre os trabalhadores. O reconhecimento, pela empresa, das culpas de um chefe de nível elevado contrastava muito com aquilo que conheciam dos hábitos laborais e mesmo políticos vigentes no país, mas de uma forma louvável e que, em grande medida, os orgulhava. Reproduzindo eles a imagem e o discurso de que aquela não era uma empresa como as outras (por pagar muito melhor, por não aceitar corrupção e nepotismo, por considerarem que as promoções eram resultado de avaliação de mérito e não de compadrio), essa responsabilização de um superior hierárquico foi tomada como uma prova de que assim era, de que o elevado grau de controlo e exigência que sentiam pesar sobre o seu trabalho se aplicava a toda a gente, conforme era devido.

No entanto, a notícia do despedimento desse chefe caiu como uma bomba, tendo um forte e rápido impacto na qualidade e produtividade do trabalho.

As reações foram, desta vez, de incredulidade seguida de medo. O acontecimento não foi interpretado como uma decorrência expectável do inquérito, mas como algo impensável e ameaçador de todos e de cada um. Vivendo eles numa sociedade onde os poderosos têm uma aura de intocabilidade aos olhos da população, podendo ser cuidadosa e negociadamente apeados por jogos de interesses internos, mas não de forma imediata e por incompetência ou incúria, aquele chefe tinha sido tratado como se não o fosse. Mas, sendo ele chefe e sendo os seus esperados privilégios ignorados, o tratamento que um subordinado poderia esperar para si era mais preocupante.

Reconhecer, num inquérito, as culpas de alguém altamente colocado era um saudável sinal de democraticidade e transparência, à imagem da uma denúncia jornalística dos erros de um ministro; a sua demissão era uma subversão das relações de poder assumidas como normais, levantando uma desconfortável pergunta: Se até um chefe é despedido por errar, que pequeno erro bastará para que eu seja despedido?

A consequência foi que, rapidamente, toda a gente se salvaguardou o mais que podia da possibilidade de errar. Com isso, a iniciativa individual praticamente desapareceu nos escalões hierárquicos mais baixos, nada se fazendo (ao contrário da dinâmica instalada desde a abertura da fábrica) por *moto* próprio e sem ordem ou concordância superior. Os operários deixaram de fazer sugestões acerca de pequenas alterações e melhorias nos processos de trabalho, antes disso frequentes, por suscitarem recompensas pecuniárias e por salientarem os seus autores como potenciais pessoas a promover. Pelo contrário (numa reação culturalmente habitual naquele contexto, quando as pessoas se sentem ameaçadas por mais poderosos), a preocupação generalizada passou a ser não “dar nas vistas”, não se destacar pela negativa nem pela positiva dos colegas, o que conduziu a uma equiparação pela mediania. E, claro está, os pequenos erros correntes passaram a ser escondidos, evoluindo por vezes para problemas técnicos

de maior gravidade e que seriam evitáveis, de acordo com os hábitos de trabalho anteriores. O impacto nos resultados da empresa foi, conforme seria de esperar, muito significativo.

Dessa forma, uma decisão em abstrato correta e que pretendia constituir-se num exemplo de justiça e equidade na responsabilização de todos os que trabalham na fábrica acabou (devido ao seu contraste com os hábitos de relações de poder na sociedade circundante)¹³ por se tornar num sinal de ameaça. De um instrumento de reintegração do acidente, tornou-se um estímulo à desmobilização laboral.

3. Concluindo: necessidades comuns e variações culturais

Ao longo deste artigo, pudemos verificar que existem diferenças culturais muito significativas entre os dois contextos laborais abordados, diferenças que em grande medida são “importadas” da sociedade exterior onde a fábrica e os seus trabalhadores se inserem. Se este aspeto reforça a já conhecida importância que a variabilidade cultural assume na relação dos trabalhadores com o perigo e os acidentes (Douglas e Wildavsky, 1982), chama igualmente a nossa atenção para a inviabilidade de compreendermos devidamente os espaços laborais caso os analisemos como se (independentemente da relevância das lógicas e dinâmicas que neles se desenvolvem e lhe são próprios) eles constituíssem ilhas isoladas do contexto social mais vasto, onde se inserem. No entanto, essas diferenças culturais não impedem que, perante a ocorrência de um acidente grave, seja em ambos os casos necessário dar como encerrado esse acontecimento disruptor que reatualiza a consciência do caráter perigoso do trabalho e, em última instância, faz questionar a continuação de uma atividade profissional que coloca o trabalhador á sua mercê. Como tão pouco impedem que esse processo de superação e reintegração do acidente exija (seja qual for o contexto cultural) a resposta a dois requisitos que, simultaneamente, permitem dar sentido ao acidente, permitam

¹³ Veja-se, a esse respeito, Granjo (2008b).

transformá-lo de uma ameaça geral, permanente e difusa num caso particular cujas lógicas e dinâmicas se esgotam em si próprias, e demonstram que ele não foi ignorado nem inconsequente. Refiro-me à busca das suas causas e ao apuramento de responsabilidades.

É na prossecução desses dois requisitos comuns – e, afinal, na forma como eles são concebidos – que vamos encontrar diferenças significativas.

Nas refinarias portuguesas, as causas do acidente restringem-se à dinâmica dos fatores materiais e das ações humanas envolvidos. Correspondendo aos critérios culturais e às expectativas vigentes neste contexto, essa busca das causas levanta, porém, uma dificuldade incontornável quando se trata de lidar com acontecimentos complexos, ocorridos em sistemas tecnológicos hipercomplexos: mesmo que todos os fatores sejam detetáveis (o que é raro), rapidamente ressaltará a relevância que entre eles assumem quer aspetos contingentes e fora do domínio dos trabalhadores, quer procedimentos habituais que, naquele quadro específico de interações, se tornaram fatores de perigo. Dessa forma, a delimitação das causas acaba por chamar a atenção para a importância da incerteza e da aleatoriedade na dinâmica do acidente (e no trabalho quotidiano), com isso comprometendo o efeito tranquilizador que é desejado.

Na fundição de alumínio moçambicana, essa limitação é contornada através da operacionalização de um sistema local de interpretação dos infortúnios que, se não é utilizado quotidianamente pela maioria dos trabalhadores, está socialmente disponível para fornecer lógica e sentido a esse espaço de acaso e incerteza presente em qualquer acidente. Às causas materiais, explicativas de como a situação perigosa aconteceu, junta-se assim a busca das causas sociais/espirituais que, de acordo com esse sistema, estarão subjacentes ao facto de, tendo a situação perigosa ocorrido, ela ter atingido aquela pessoa específica.

Esse sistema culturalmente particular, e com o qual os próprios trabalhadores moçambicanos mantêm uma relação dúbia, não pode obviamente ser mobilizado num contexto como o português. Isso reforça a importância, para a

reintegração do acidente, do completo apuramento e assunção pública da cadeia de responsabilidades na ocorrência. No entanto, a visão generalizada entre os trabalhadores da refinação considera que os inquéritos oficiais não cumprem essa função de responsabilizar pelas suas decisões ou omissões quem tem o poder de comando ou a capacidade de executar, antes buscando bodes expiatórios entre as vítimas. A reversão dessa imagem e situação (em abstrato viável e dependente da cultura organizacional e da ética de chefia) constituiria, assim, uma condição necessária para que a reintegração dos acidentes não se limite a ser parcial e instável.

Conforme verificámos no caso moçambicano, contudo, também a forma de proceder a esse apuramento de responsabilidades e eventual punição requer conhecimento e adequação aos referentes culturais dos trabalhadores. Mas se a punição do máximo responsável direto é uma necessidade básica para a reintegração do acidente no Japão, ao passo que é interpretada em Moçambique como uma ameaça geral de despedimento ao mínimo erro, o próprio reconhecimento da eventual responsabilidade das chefias no acidente ocorrido constitui, também para os moçambicanos, uma necessidade básica.

Se assim é, num país onde uma quebra da inimitabilidade dos poderosos assume foros de ameaça para os subordinados, por maioria de razão essa será uma necessidade básica em Portugal.

Bibliografia

- Bagnol, B. (2008). Lovolo e espíritos no sul de Moçambique. *Análise Social*, 187, pp. 251-272.
- Douglas, M. e Wildavsky, A. (1982). *Risk and Culture: an essay on selection of technological and environmental dangers*, Berkeley: California University Press.
- Duclos, D. (1991). *L'Homme face au risque technique*, Paris: L'Harmattan.

Eglash, R. (2005). *An ethnomathematics comparison of African and Native American divination systems*. Disponível em http://www.ccd.rpi.edu/Eglash/papers/eglash_div_paper.doc, Consultado 28/05/2012.

Evans-Pritchard, E. E. (1978 [1937]). *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*, Rio de Janeiro: Zahar.

Lave, J.; Wenger, E. (1991). *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*, Cambridge: Cambridge University Press.

Geffray, C. (1991). *A causa das armas em Moçambique: antropologia da guerra contemporânea em Moçambique*, Porto: Afrontamento.

Goffman, E. (1968). *Asiles*, Paris: Minuit.

Granjo, P. (2003). A Mina Desceu à Cidade – memória histórica e a mais recente indústria moçambicana. *Etnográfica*, VII (2), pp. 403-428.

Granjo, P. (2004). «*Trabalhamos Sobre um Barril de Pólvora*» - *homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Granjo, P. (2008). Dragões, Régulos e Fábricas – espíritos e racionalidade tecnológica na indústria moçambicana. *Análise Social*, 187, pp. 223-249.

Granjo, P. (2008a). Tecnologia industrial e curandeiros: partilhando pseudo-determinismos. In M. V. Cabral et al. (orgs.) - *Itinerários. A investigação nos 25 anos do ICS*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 353-371.

Granjo, P. (2008b). Gémeos, albinos e prisioneiros desaparecidos: uma teoria moçambicana do poder político. *Travessias*, 9, pp. 9-32.

Granjo, P. (2009). Saúde e Doença em moçambique. *Saúde e Sociedade*, 18 (4), pp. 567-581.

Granjo, P. (2011). O que é que a adivinhação adivinha? *Cadernos de Estudos Africanos*, 22, pp. 65-93.

Honwana, A. (2002). *Espíritos Vivos, Tradições Modernas*, Maputo: promédia.

Plawner, M. (1982). *Les accidents de travail de la main d'oeuvre féminine dans diverses branches d'activité économique*, Thèse de Troisième Cycle, Paris VIII.

Turner, V. (1974 [1969]). *O Processo Ritual*, Petrópolis: Vozes.

Van Gennep, A. (1978 [1908]). *Os Ritos de Passagem*, Petrópolis: Vozes.